PROJETO DE LEI Nº , DE 2016

(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)

Cria a política de incentivo à produção de alimentos livres de agrotóxicos e funcionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Política Nacional de Incentivo à Produção de Alimentos Livres de Agrotóxicos e Funcionais, com os seguintes objetivos:

I – incentivar o uso de boas práticas agrícolas para o adequado controle fitossanitário de pragas e doenças nos locais em que se constatar uso excessivo ou irregular de agrotóxicos;

II – fomentar a produção e o consumo de alimentos funcionais; e

III - prevenir e combater distúrbios nutricionais e melhorar a qualidade de vida da população por meio da promoção de práticas alimentares saudáveis.

Art. 2º São instrumentos da Política Nacional de Incentivo à produção de Alimentos Livres de Agrotóxicos e Funcionais:

I – as análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos;

II – os diagnósticos de situação alimentar e nutricional da população;

III – a articulação e a integração de ações de órgãos públicos de agricultura, de saúde e educação, em âmbito federal, estadual e municipal;

IV – os instrumentos de política agrícola, destacadamente o crédito rural oficial, a assistência técnica e extensão rural, a pesquisa agropecuária, o apoio à comercialização, o seguro rural, a defesa agropecuária, a organização produtiva, o cooperativismo e o associativismo;

VI – as campanhas de reeducação alimentar nas famílias e nas escolas;

Art. 3º Quando as análises de resíduos de agrotóxicos em alimentos indicarem o uso excessivo ou irregular de agrotóxicos, o poder público elaborará plano de ação com medidas de política agrícola que visem capacitar os agricultores para a produção de alimentos seguros, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Parágrafo único. O plano de ação de que trata o caput deste artigo será direcionado aos agricultores localizados na área geográfica de origem do alimento em que for detectado o uso excessivo ou irregular de agrotóxicos.

Art. 4º O poder público realizará diagnósticos da situação alimentar e nutricional da população, especialmente da população escolar, com a finalidade de identificar carências nutricionais e outras disfunções alimentares tratáveis por meio de campanhas de reeducação alimentar ou pela ingestão de alimentos funcionais.

§ 1º Poderão ser adotadas medidas de política agrícola para incentivar a produção de alimentos funcionais relacionados a campanhas de reeducação alimentar.

§ 2º Os alimentos funcionais direcionados à alimentação escolar e demais programas públicos de fornecimento de alimentos à população poderão ser adquiridos por meio do Programa de Aquisição Alimentos – PAA, de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Uma alimentação equilibrada garante qualidade de vida e pode evitar diversos problemas de saúde, tais como: diabetes, doenças cardiovasculares, tumores, problemas de visão, problemas digestivos, envelhecimento precoce, vitaminoses, osteoporose e obesidade.

Além disso, destaca-se também a evolução do conhecimento relacionado aos benefícios da ingestão de alimentos ditos “funcionais”, ou seja, aqueles que não apenas suprem as necessidades nutricionais básicas quando consumidos como parte da dieta habitual, mas que também agregam efeitos metabólicos ou fisiológicos benéficos à saúde, por diminuïrem riscos associados a diversas doenças crônicas.

Entre os muitos alimentos funcionais conhecidos, pode-se citar como exemplos: oleaginosas, cereais integrais (aveia, centeio, cevada, farelo de trigo), tomate, uva, couve-flor, brócolis, linhaça, hortaliças com talo, leite fermentado, folhas verdes, chá-verde, cúrcuma, etc.

Para melhorar a saúde e o bem estar da população por meio de melhores hábitos alimentares, é imprescindível haver ações públicas de reeducação alimentar, especialmente na infância e adolescência. Tratar doenças crônicas adquiridas após anos de vida sujeita a maus hábitos alimentares é bastante mais complicado e oneroso para a sociedade.

Além disso, mesmo quando os hábitos alimentares são adequados, ainda há o risco de danos à saúde em decorrência da ingestão de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Regularmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) divulga dados alarmantes de resíduos de agrotóxicos em frutas e hortaliças, que são alimentos bastante associados a dietas saudáveis ou com propriedades funcionais.

Desse modo, propomos o presente projeto de lei, com o objetivo de: i) incentivar o uso de boas práticas para a produção de alimentos livres agrotóxicos; ii) fomentar a produção e o consumo de alimentos funcionais; iii) melhorar a saúde e a qualidade de vida da população por meio da promoção de práticas alimentares saudáveis.

Por entendermos que a proposta é de grande importância para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população, pedimos o apoio dos nobres colegas parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM